

NESTOR NÉRTON FERNANDES TÁVORA NETO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO E RESOLUÇÃO ANTECIPADA DO MÉRITO DO
PROCESSO PENAL**

Universidade Federal da Bahia

Salvador – 2009

NESTOR NÉRTON FERNANDES TÁVORA NETO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO E RESOLUÇÃO ANTECIPADA DO MÉRITO DO
PROCESSO PENAL**

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do grau de Mestre em Direito Público, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Professor Doutor Fredie Didier Jr.

Universidade Federal da Bahia

Salvador – 2009

TERMO DE APROVAÇÃO

NESTOR NÉRTON FERNANDES TÁVORA NETO

PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO E RESOLUÇÃO ANTECIPADA DO MÉRITO DO PROCESSO PENAL

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau Mestre em Direito Público –, Universidade Federal da Bahia – UFBA, pela seguinte banca examinadora:

Nome: _____

Titulação e instituição: _____

Nome: _____

Titulação e instituição: _____

Nome: _____

Titulação e instituição: _____

Salvador, ____/____/ 2009

AGRADECIMENTOS

A produção acadêmica demanda tempo e reflexão, clausura, num temporário aparte do mundo para a descoberta de um outro universo, imensamente gratificante. A solidão, todavia, é abrandada pelo incentivo e compreensão daqueles que nos são próximos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Fredie Didier Jr., pelas discussões, provocações, e por enxergar o processo de forma tão peculiar.

Aos meus amigos, pela troca de idéias e pelo estímulo: Professor Rosmar Antonni, Professor Rômulo Moreira, Professor Gamil Foppel, Professor Alex Sampaio, Guilherme Bellintani, Francisco Sales, Professor Cristiano Chaves, Professora Maria Auxiliadora Minahim, Professor Dirley da Cunha Victor, Professor Carlos Rátis, Professor Fábio Periandro, Professor Wilson Alves de Souza, Professor Nelson Rosenvald, Professor Rogério Sanches, Professor Luiz Flávio Gomes. Professor Eduardo Sodré, Professor José Aras.

À família escolhida: Klauber, Ramon, Andrey, Bruno Moreira, Eduardo Elia, José Raimundo, Ednólia, Alan Burgos, Ricardo Costa, Leo, Leonardo Moreira, Alex, Sandro, Alexandre, Oscar, Thiago, Rodrigo.

A todos os funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito, pela especial atenção dispensada.

Aos meus Professores e colegas do Mestrado da UFBA, pelo convívio e estimulante convivência acadêmica.

Aos meus alunos, fonte perene de inspiração e dedicação.

À Daniela Mendonça, pela inestimável ajuda e dedicação na capitulação bibliográfica.

À minha família, e ao tio Clício, Doutor na mais difícil das ciências: viver! Ao partir, deixou tanta saudade. Fica com Deus!

Em especial, pela compreensão por minha ausência, com justo pedido de desculpas, agradeço o carinho de minha esposa Lizandra, minha pequena filha Letícia, mãe, avó e irmã queridas.

RESUMO

Este estudo propõe-se a enfrentar os difíceis contornos para a resolução antecipada do mérito no processo penal, indagando sobre a compatibilidade entre o princípio da adequação e a análise do processo como ferramenta para a solução de conflitos e preservação de garantias fundamentais, em favor da boa administração da Justiça. Para dar sustentação a esses objetivos, serão estudados os princípios que vão nortear a abreviação da resolução do mérito e a tensão existente entre a razoável duração do processo e a qualidade do provimento jurisdicional que se espera, sem descuidar do devido processo legal, da pretensão de instrumentalidade e da preservação da dignidade da pessoa humana. Com esse propósito, serão identificadas as decisões que abreviam o mérito em caráter definitivo, aptas à coisa julgada material, e que devem ser enquadradas no conceito de resolução antecipada. Nessa linha, será feito o devido aparte entre os propósitos e a pertinência da solução do mérito que evite a responsabilidade criminal, e aquele de natureza sancionatória, com a nota distintiva da disciplina da justiça consensual, e a analogia ao julgamento antecipado existente no Processo Civil.

ABSTRACT

This study intends to confront the tougher forms for early resolution of the merit into the criminal prosecution, questioning about the compatibility between the principle of the adaptation and the analysis of the process as a tool for conflicts solutions and preservation of fundamental guarantees for a good administration of the Justice. In order to give support to such objectives, will be studied the principles which will direct the abbreviation of resolution of the merit and the tension existing between the reasonable duration of the process and the desired quality of the court dismissed, without forget the due process of law, of the pretension of instrumentality and of the preservation of human person dignity. For this purpose, will be identified the settlements that abbreviate the merit with definitive character, able to res judicata as material, and that must be include in the concept of early resolution. Accordingly, the result will be done apart from the purposes and the relevance of the solution of the merit that avoids criminal liability, and that of condemnation nature, with the distinction of the consensual justice discipline, and the analogy of the early judgment existing into the Civil Process Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA RESOLUÇÃO ANTECIPADA DO MÉRITO	13
1.1 PROCESSO E GARANTISMO	13
1.2 TERMINOLOGIA	14
1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA CAUSA	17
1.1.1 Resolução antecipada do mérito e o princípio da instrumentalidade do processo	19
1.1.2 Compatibilidade do julgamento antecipado do mérito com a dignidade da pessoa humana	23
1.1.3 Princípio do devido processo legal	26
1.1.4 Princípio da adequação e da adaptabilidade	30
1.1.5 Princípio da razoável duração do processo	36
2 AS DIVERSAS FORMAS DE RESOLUÇÃO ANTECIPADA DO MÉRITO	43
2.1 INTRODUÇÃO	43
2.2 AMPLA DEFESA NA FASE PRELIMINAR	45
2.3 HIPÓTESES DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NO PROCESSO PENAL	56

2.3.1 Arquivamento dos autos do inquérito policial	57
2.3.2 Rejeição da inicial acusatória	69
2.3.3 Rejeição da denúncia nos processos de crimes de responsabilidade e nos processos de competência originária de tribunais	71
2.3.4 Declaração de extinção da punibilidade	73
2.3.5 Absolvição sumária	74
2.3.5.1 Hipóteses de julgamento antecipado no tribunal do júri	75
2.3.5.2 Hipóteses de absolvição sumária nos demais procedimentos	81
2.3.5.3 Momento	82
2.3.5.4 Rol não taxativo	85
2.3.5.5 Sistema recursal	87
2.3.6 Habeas corpus trancativo	90
2.3.7 Julgamento antecipado e transação penal	92
2.3.7.1 Consenso no processo penal	92
2.4 A JUSTIÇA CONSENSUAL BRASILEIRA	97
2.4.1 O advento da Lei n.º 9099/95	97
2.4.2 A constitucionalidade da Lei n.º 9.099/95	98
2.4.3 Os princípios informadores	101
2.4.3.1 Considerações iniciais	101
2.4.3.2 O princípio da oralidade	102
2.4.3.3 O princípio da simplicidade	104

2.4.3.4	O princípio da informalidade	104
2.4.3.5	O princípio da economia processual	105
2.4.3.6	O princípio da celeridade processual	105
2.4.4	A transação penal	106
2.4.4.1	Conceito	106
2.4.4.2	As características da transação penal	107
2.4.4.3	Natureza jurídica	109
2.4.4.4	Os requisitos da transação penal	111
2.4.4.5	O momento processual da proposição	112
2.4.4.6	As penas passíveis de transação	114
2.4.4.7	A iniciativa da proposta	114
2.4.4.8	A aceitação da proposta	117
2.4.4.9	A homologação da transação penal e o controle jurisdicional	118
2.4.4.10	A natureza jurídica da sentença homologatória	119
2.4.4.11	As conseqüências do descumprimento do acordo	121
3	RESOLUÇÃO ANTECIPADA DO MÉRITO E CONDENAÇÃO	124
3.1	INTRODUÇÃO	124
3.2	A BANALIZAÇÃO DO CÁRCERE	125
3.3	A AMBIÇÃO DE VERDADE	132
3.4	JULGAMENTO ANTECIPADO NO PROCESSO CIVIL	137
3.5	ANALOGIA E INTEGRAÇÃO SISTÊMICA	142
3.6	JULGAMENTO ANTECIPADO CONDENATÓRIO NO ÂMBITO	

CRIMINAL	146
3.6.1 Proteção e processo: impossibilidade de julgamento antecipado de natureza condenatória	153
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS	165